



INSTRUÇÕES PARA MARCAÇÃO DO CARTÃO DE RESPOSTAS:

*1 - Na correção dos cartões de respostas, para efeito de pontuação, será **desconsiderada**:*

- *questão que não apresentar nenhuma opção assinalada;*
- *questão que contiver mais de uma opção assinalada, sejam estas marcações acidentais ou não, independentemente da dimensão, ocasionadas por borrões, corretivos, emendas, manchas, pontos, sombreados de lápis ou caneta, traços ou quaisquer outros tipos de rasuras.*

2 - Para que o candidato não se enquadre em nenhuma dessas situações, tendo alguma questão anulada devido a múltiplas marcações, é imprescindível que ele tenha o máximo de atenção, cuidado e capricho ao transcrever as respostas das questões do caderno de provas para o cartão de respostas.

*3 - Em hipótese alguma, será fornecido outro cartão de respostas, portanto, é preciso que o candidato fique atento e preencha, corretamente, **apenas uma** das cinco alternativas em cada questão, utilizando **caneta esferográfica azul ou preta de corpo transparente, conforme a figura abaixo:***





INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

(EDITAL 22/2014 - PRORH/UFJF. As disposições e instruções contidas no(s) Cadernos de Prova constituirão normas complementares ao presente edital.)

- ***Será excluído do concurso o candidato que em sala de prova portar celulares, armas e aparelhos eletrônicos.***
- ***O candidato não pode usar boné, capacete, chapéu, chaveiro de qualquer tipo, óculos escuros, relógio e similares.***
- ***Quando solicitado pelo Fiscal, o candidato deve assinar a Ata de Abertura do Lacre.***
- ***Junto ao candidato, só devem permanecer os objetos de identificação e os materiais para execução da prova. Todo e qualquer outro material, exceto alimentos, água em garrafa transparente e medicamentos, têm de ser colocados no saco plástico disponível, amarrado e colocado embaixo da cadeira.***
- ***O candidato que possuir cabelos compridos deve mantê-los presos, deixando as orelhas descobertas.***
- ***O candidato deve conferir se sua prova tem 15 questões de Língua Portuguesa, 10 de Raciocínio Lógico-Quantitativo, 5 de Legislação e 30 de Conhecimentos Específicos do cargo, sendo cada questão constituída de 5 alternativas (a, b, c, d, e) e numeradas de 01 a 60. Caso haja algum problema, solicitar a substituição de seu caderno ou folha.***
- ***O candidato deve comunicar sempre aos fiscais qualquer irregularidade observada durante a realização da prova. Não sendo tomadas as devidas providências a respeito de sua reclamação, solicitar a presença do Coordenador do Setor ou comunicar-se com ele, na secretaria, ao final da prova.***
- ***O candidato não pode retirar nenhuma folha deste caderno.***
- ***A duração da prova, considerando a marcação do cartão de respostas, é de 4 horas. O candidato só poderá sair decorridos 1h e 30min.***
- ***O candidato deve assinar a lista de presença e o cartão de respostas com a assinatura idêntica à da sua identidade.***
- ***O candidato, ao receber o cartão de respostas, deve ler, atentamente, as instruções contidas na página 3 deste caderno.***
- ***Os três últimos candidatos deverão permanecer até o final da prova para assinar a Ata de Encerramento.***



CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

- **Leia, com atenção, o texto seguinte, do jornalista Muniz Sodré, publicado no *Observatório da Imprensa*, em 13 de março de 2012. Volte a ele sempre que necessário.**

Sobre imprensa ontem e hoje

1. Uma pequena história talvez exemplar. No início de 1965, um jovem repórter impelido pelos ventos do então recente golpe militar consegue dirigir-se ao importante editor de um grande jornal no Rio de Janeiro. Na mão, uma carta de apresentação escrita pelo correspondente daquele jornal em seu estado, em que dava conta das virtudes linguísticas e redacionais do jovem. O editor mostrou-se vagamente pessimista quanto às possibilidades e franco: havia, sim, um lugar na redação, mas para alguém que de fato falasse mais de uma língua estrangeira e, ainda por cima, tivesse concluído um curso universitário. “É o meu caso”, respondeu-lhe o repórter. Foi testado e, sem maiores delongas, contratado.

2. Este é um flagrante de uma história de vida. Acreditamos, porém, que ninguém melhor do que um jornalista de boa cepa (ou um bom leitor de textos jornalísticos) para compreender a força comunicativa de uma narrativa, ainda que resumida ou parcelar. Claro, existem resistências teóricas à palavra “narrativa” fora do contexto especificamente literário. Tanto que alguns preferem ater-se ao termo caso como uma forma de elaborar narrativamente um movimento que se apresenta como evento individual ou microsocial: algo aconteceu, algo mudou o seu estado, e o caso se configura.

Água no moinho

3. O fato é que, seja na ficção literária ou na vida cotidiana (onde se insere o jornalismo), a narração de uma pequena história tem um espectro tão amplo de funções que pode acolher até mesmo a argumentação, sem que, entretanto, disponha em sua estrutura interna dos elementos do discurso argumentativo. É grande, nas ciências sociais, a cumplicidade com a narrativa. Desde as últimas décadas do século 19, ela comparece como método, por meio das “histórias de vida”, na psicologia, na psicanálise, na sociologia e na antropologia. Ao longo do século 20, foram vários os antropólogos que se valeram desse recurso para mais se aproximar do discurso oriundo das realidades diferentes por eles estudadas.



4. Toda essa digressão serve aqui para enfatizar a importância cognitiva dessa matéria-prima (com valor agregado) da atividade jornalística, que se perde de vista aos poucos no frenesi textual da rede eletrônica, onde o valor do acontecimento é ultrapassado pela veloz percepção fragmentária da vida. Nas formas de vida emergentes, as relações sociais e de produção do saber são constituídas por seres humanos e máquinas, em parceria cada vez mais igualitária. A interobjetividade (o relacionamento entre objetos) tem hoje peso tão grande, senão maior, quanto o da intersubjetividade.

5. É uma perspectiva que se amplia quando se considera que a arquitetura inteligente das novíssimas gerações de servidores computacionais (sensores inteligentes que possibilitam o monitoramento online e ininterrupto das máquinas) reduz enormemente a necessidade de mão de obra humana na operação e manutenção das máquinas. E a prevalência das máquinas, concomitante ao aparecimento de objetos técnicos como o “robô sensível” (capaz de visão, audição e tato), joga água no moinho da hipótese de que a tecnologia passe a ser considerada, em si mesma, como um “ator” social em atuação ininterrupta nos variados processos de existência.

Primeiro emprego

6. Nada de apocalíptico nessa realidade que se desenha, já que tudo é criação dos homens e se espera que termine integrado à dimensão humana. A nossa questão aqui, agora, é a de uma pequena dúvida quanto à persistência do jornalismo nessa nova *urbs* ou, pelo menos, do jornalismo como o definíamos e praticávamos. Por exemplo, nessas relações sociais de intensa “interobjetividade”, seria possível o recrutamento de um repórter por sua própria capacidade intelectual de trabalho, em vez do corporativismo neopatrimonialista que acentua as relações pessoais e os reflexos do espelho midiático? Ou, então, ainda importa mesmo o repórter do fato social? Existiria ainda aquele editor antenado com o potencial do outro?

7. Talvez questões desta ordem não façam mais sentido na realidade corporativa da mídia atual. Mas de algum modo elas surgem aqui como decorrência da pequena história narrada no início deste texto. Eu era o jovem repórter saído às pressas da Bahia, o órgão de imprensa era o *Jornal do Brasil* (de saudosa memória) e o editor chamava-se Alberto Dines, cujos 80 anos de idade festejamos agora. Devo-lhe meu primeiro emprego no Rio, mas o jornalismo brasileiro lhe deve muito mais.

SODRÉ, Muniz. *Sobre imprensa ontem e hoje*. Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br>>. Acesso em: 2 maio 2014.

1. O principal propósito comunicativo do autor do texto é:

- a) refletir, sem catastrofismo, sobre mudanças no âmbito das atividades jornalísticas.
- b) historiar sua trajetória pelo *Jornal do Brasil*, iniciada após avaliação de Alberto Dines.
- c) criticar o atual corporativismo que norteia a contratação de novos profissionais do jornalismo.
- d) apresentar o avanço tecnológico como causa da restrição de mão de obra.
- e) registrar a proveitosa simbiose entre o jornalismo da rede eletrônica e o praticado antigamente.



2. A apresentação da narrativa no início do texto (§ 1):

- a) contradiz o que o autor considera bom jornalismo.
- b) está a serviço do que o autor considera bom jornalismo.
- c) evidencia a intenção literária do autor.
- d) vai ao encontro do que tem sido praticado pela rede eletrônica.
- e) não fortalece a argumentação do autor.

3. Aponte a expressão que, contextualmente, revela certo pessimismo por parte do articulista.

- a) “jornalista de boa cepa” (§ 2)
- b) “cumplicidade com a narrativa” (§ 3)
- c) “importância cognitiva” (§ 4)
- d) “joga água no moinho” (§ 5)
- e) “Nada de apocalíptico” (§ 6)

4. Releia o trecho e avalie os comentários apresentados:

“Eu era o jovem repórter saído às pressas da Bahia, o órgão de imprensa era o *Jornal do Brasil* (de saudosa memória) e o editor chamava-se Alberto Dines, cujos 80 anos de idade festejamos agora. Devo-lhe meu primeiro emprego no Rio, mas o jornalismo brasileiro lhe deve muito mais.” (§ 7)

- I) O trecho registra dois períodos compostos; o segundo desses períodos apresenta uma oração coordenada adversativa.
- II) As duas primeiras orações grifadas encadeiam-se pelo processo da coordenação.
- III) A vírgula, antes da terceira oração grifada, separa oração subordinada adjetiva explicativa, que, no caso, tem por finalidade registrar uma informação inerente ao termo anterior.

Avaliados os comentários, aponte a alternativa **CORRETA**.

- a) Somente o comentário (I) está correto.
- b) Somente os comentários (I) e (II) estão corretos.
- c) Somente os comentários (II) e (III) estão corretos.
- d) Todos os comentários estão corretos.
- e) Nenhum dos comentários está correto.

5. O texto nos informa que o pretendente à função de jornalista no *Jornal do Brasil* teria de ser um “poliglota”, palavra formada de dois radicais de procedência grega (*poli*, vários; *glota*, língua). Esses radicais de procedência erudita (gregos ou latinos) são muito comuns e seu conhecimento nos favorece no entendimento de muitas palavras, sem precisarmos de dicionários.

Marque a alternativa em que a significação de **ambos os radicais destacados** está **INCORRETA**.

- a) Nas horas vagas, o agrônomo (campo) dedicava-se à apicultura (abelha).
- b) O latifúndio (terra) do ornitólogo (ave) causava revolta aos desfavorecidos.
- c) Francisco dedicou belíssimo acróstico (verso) à gerontologista (velho).
- d) O texto apresentou impropriedades na ortografia (correto) e no uso da mesóclise (meio).
- e) A estomate (estômago) foi medicada por um famoso homeopata (outro).



6. Releia o segmento:

“Na mão, uma carta de apresentação escrita pelo correspondente daquele jornal em seu estado, em que dava conta das virtudes linguísticas e redacionais do jovem.” (§ 1)

Aponte a alternativa em que – sem preocupação de fidelidade ao sentido original – a reescrita do segmento em destaque **NÃO** preserva algum quesito da língua escrita culta.

- a) Na mão, uma carta de apresentação escrita pelo correspondente daquele jornal em seu estado, da qual constavam as virtudes linguísticas e redacionais do jovem.
- b) Na mão, uma carta de apresentação escrita pelo correspondente daquele jornal em seu estado, na qual havia elogios às virtudes linguísticas e redacionais do jovem.
- c) Na mão, uma carta de apresentação escrita pelo correspondente daquele jornal em seu estado, à quem o futuro jornalista do *Jornal do Brasil* não se esqueceria de agradecer.
- d) Na mão, uma carta de apresentação escrita pelo correspondente daquele jornal em seu estado, com cujos termos o editor muito se impressionou.
- e) Na mão, uma carta de apresentação escrita pelo correspondente daquele jornal em seu estado, da qual o editor se lembraria muitos anos depois.

7. Avalie a veracidade dos seguintes comentários, feitos a partir de segmentos do texto:

- I) “...impelido pelos ventos do então recente golpe militar...” (§ 1) → O grifo exemplifica o emprego do recurso estilístico da metáfora.
- II) “É grande, nas ciências sociais, a cumplicidade com a narrativa.” (§ 3) → As vírgulas, nesse trecho, separam adjunto adverbial assim como na seguinte passagem do texto: “No início de 1965, um jovem repórter impelido pelos ventos do então recente golpe militar consegue dirigir-se...” (§ 1)
- III) “Toda essa digressão serve aqui para enfatizar a importância cognitiva dessa matéria-prima...” (§ 4) → A serviço da coesão textual, o pronome em destaque refere-se à matéria-prima anteriormente citada, ou seja, “a narração de uma pequena história”.
- IV) “...se apresenta como evento individual ou microsocial...” (§ 2) → Assim como o termo em destaque, grafam-se, entre outras, sem hífen, as seguintes palavras, segundo os termos do Acordo Ortográfico de 1990: antissocial, psicossocial, interrelação, antiimperialismo e contraataque.
- V) “...para compreender a força comunicativa de uma narrativa, ainda que resumida ou parcelar...” (§ 2) → A sequência em destaque expressa, semanticamente, uma concessão.

Avaliados os comentários, aponte a alternativa **CORRETA**.

- a) Somente os comentários (II) e (III) não estão corretos.
- b) Somente o comentário (IV) não está correto.
- c) Somente os comentários (III), (IV) e (V) estão corretos.
- d) Todos os comentários estão corretos.
- e) Todos os comentários estão incorretos.

8. “Este é um flagrante de uma história de vida.” (§ 2) Observe que o autor emprega “flagrante” (instante, momento) e não “fragrante” (perfumado, aromático). Situações como essa dão margem a **erros**, como o que ocorre na seguinte alternativa:

- a) O jornalista desculpou-se, porque o fato lhe passara despercebido.
- b) Ostentando história de vida revolucionária, aquele político acabou proscrito.
- c) Durante as provas, reservam-se espaços especiais às mães lactentes.
- d) O eminente magistrado não teve dúvidas ao proferir a sentença condenatória.
- e) Com o uso deste apóstrofo, estou indicando a supressão de um fonema.



9. Releia o trecho:

“A nossa questão aqui, agora, é a de uma pequena dúvida quanto à persistência do jornalismo (...) como o definíamos e praticávamos.” (§ 6)

Passando-se para a voz passiva a sequência grifada e preservando-se o tempo original, tem-se:

- a) A nossa questão aqui, agora, é a de uma pequena dúvida quanto à persistência do jornalismo como foi definido e praticado por nós.
- b) A nossa questão aqui, agora, é a de uma pequena dúvida quanto à persistência do jornalismo como fora definido e praticado por nós.
- c) A nossa questão aqui, agora, é a de uma pequena dúvida quanto à persistência do jornalismo como tem sido definido e praticado por nós.
- d) A nossa questão aqui, agora, é a de uma pequena dúvida quanto à persistência do jornalismo como tinha sido definido e praticado por nós.
- e) A nossa questão aqui, agora, é a de uma pequena dúvida quanto à persistência do jornalismo como era definido e praticado por nós.

➤ **Instrução – Atento aos princípios da língua escrita culta e aos termos do Acordo Ortográfico (1990), preencha, nas questões de 10 a 15, as lacunas dos textos propostos e marque a seguir a alternativa que apresenta a sequência CORRETA das respostas.**

10.

_____ duas horas _____ cara _____ cara os contendores para um duelo que _____ dias os meios de comunicação _____ anunciando _____ todo momento.

- a) Às – estarão – a – há – vêm – a
- b) As – estarão – à – há – vêm – há
- c) Às – estará – a – há – veem – a
- d) Às – vão estar – a – fazem – vêm – a
- e) Às – deverão estar – a – faz – vêm – à

11.

A _____, por unanimidade, reconheceu a justiça das _____ no _____ subscrito pelo corpo _____.

- a) assembléia – pretensões – que apresentavam-se – abaixo-assinado – discente
- b) assembleia – pretensões – que se apresentava – abaixo assinado – discente
- c) assembleia – pretensões – que apresentavam-se – abaixo-assinado – dicente
- d) assembleia – pretensões – que se apresentavam – abaixo-assinado – discente
- e) assembleia – pretensões – que se apresentavam – abaixo assinado – dicente



12. _____, por favor, se deixei a porta fechada, _____, ontem
_____, _____ e temo que _____ aberta.

- a) Averígue – por que – a noite – sai – às pressas – tenha deixado-a
- b) Averígue – por que – à noite – saí – às pressas – tenha deixado-a
- c) Averígue – porque – à noite – saí – às pressas – a tenha deixado
- d) Averígue – porque – à noite – saí – as pressas – lhe tenha deixado
- e) Averigúe – porque – à noite – saí – às pressas – lhe tenha deixado

13. Senhor reitor, _____ e _____ muito bem
os motivos _____ a comunidade acadêmica tanto se empenhou pela abertura
de novos cursos, _____ projetos de implantação foram aprovados pelo
Conselho Universitário em _____ do último dia seis de maio.

- a) Vossa Senhoria – vossos – pró-reitores – compreendestes – porque – de cujos – sessão
- b) Vossa Excelência – vossos – pró-reitores – compreenderam – por que – em cujos – sessão
- c) Vossa Magnificência – vossos – pró reitores – compreendestes – porque – cujos – cessão
- d) Vossa Magnificência – seus – pró-reitores – compreendestes – por que – de cujos – sessão
- e) Vossa Magnificência – seus – pró-reitores – compreenderam – por que – cujos – sessão

14. Alexandre tinha muitas dificuldades _____ disciplinas _____:
matemática e física. _____, não restava _____ família outra saída
_____ contratar aulas particulares, _____ o jovem frequentava duas
vezes por semana.

- a) nessas – a fins – Por isso – à – se não – em que
- b) nestas – afins – Por isso – à – senão – que
- c) nestas – afins – Porisso – a – se não – que
- d) nessas – afins – Por isso – à – senão – cujas
- e) nestas – afins – Por isso – à – senão – à que



15.

_____ *umas duas horas que Antônio e eu falávamos* _____
antigas divergências _____, *quando* _____ *algumas mudanças*
_____ *nosso grupo aspirava.*

- a) Está fazendo – acerca de – entre mim e ele – se discutiam – às quais
- b) Estão fazendo – acerca de – entre eu e ele – discutiam-se – às quais
- c) Está fazendo – acerca de – entre mim e ele – se discutiam – à que
- d) Vai fazer – a cerca de – entre ele e eu – se discutiam – a cujas
- e) Vai fazer – acerca de – entre mim e ele – discutia-se – a que

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

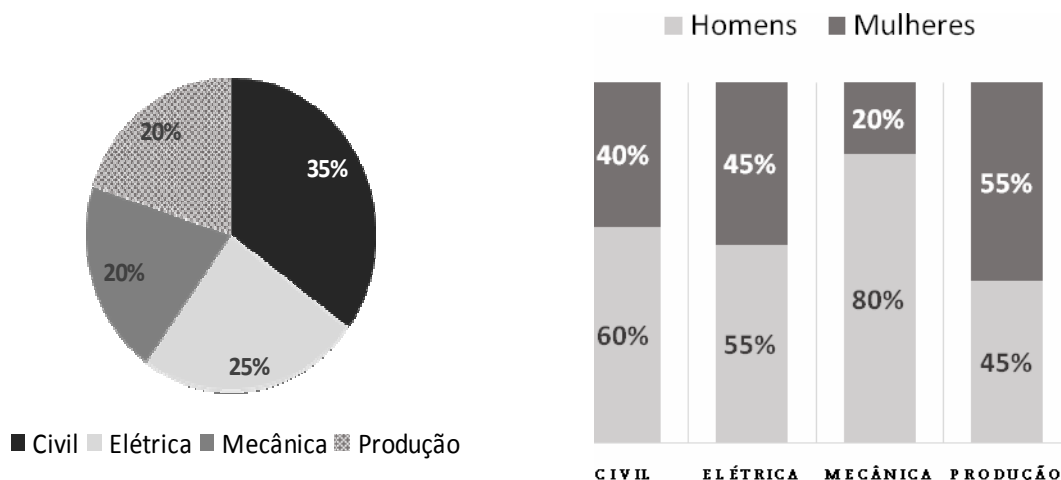
16. Considere os três argumentos abaixo.

- I) Se todas as violetas são azuis, então algumas rosas não são vermelhas.
Mas todas as rosas são vermelhas.
Portanto, conclui-se que existe, pelo menos, uma violeta que não é azul.
- II) Se todos os professores são matemáticos, então todos os médicos são cirurgiões.
Se existem professores que não são matemáticos, então nem todos os engenheiros são eletricitas.
Francisco é um médico que não é cirurgião.
Logo, conclui-se que pelo menos um engenheiro não é eletricitista.
- III) Se André é professor, então Bruno não é arquiteto.
Célio é engenheiro se, e somente se, André é professor.
Célio é engenheiro ou Daniele é fisioterapeuta.
Daniele não é fisioterapeuta.
Conclui-se, portanto, que, se Bruno é arquiteto, então Edgar é advogado.

São **CORRETAS** as conclusões obtidas a partir dos argumentos apresentados em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

17. Uma Universidade oferece os cursos de Engenharia Civil, Elétrica, Mecânica e de Produção. Os gráficos abaixo apresentam os percentuais de alunos matriculados em cada um desses cursos de Engenharia e os percentuais de homens e mulheres, por curso.



Um dos matriculados em um desses quatro cursos é selecionado aleatoriamente para representar os discentes em um Conselho dessa Universidade.

A probabilidade de que esse selecionado seja uma mulher e que esteja matriculada no curso de Engenharia de Produção é:

- a) 0,11
- b) 0,20
- c) 0,32
- d) 0,40
- e) 0,55

18. Em uma competição de natação, serão premiados, com medalhas de ouro, prata ou bronze, respectivamente, apenas os três primeiros atletas colocados, havendo regra específica para desempate, caso haja empate na classificação dos mesmos. Luiz é um dos 35 atletas de natação que participam dessa competição.

De quantas maneiras diferentes as medalhas podem ser distribuídas, sendo Luiz o primeiro ou o segundo colocado?

- a) 1122
- b) 1155
- c) 1190
- d) 2244
- e) 2380

19. As informações abaixo foram retiradas da Revista *Veja*, de 16/04/2014, sobre o álbum oficial da Copa do Mundo de 2014.



128 reais é quanto custaria – se não houvesse figurinhas repetidas – completar os 640 cromos adesivos do álbum oficial da Copa do Mundo de 2014 – sucesso entre a criançada

903 envelopes seriam necessários para completar todo o álbum sem trocar as figurinhas repetidas – caso em que seriam desperdiçados 775 envelopes, com cinco unidades cada um

9 milhões de envelopes são produzidos diariamente no Brasil. A tiragem atual é três vezes a do álbum da Copa de 2010

7 bilhões de reais será o valor gasto pelos brasileiros se todos os 8 milhões de colecionadores (estimativa do fabricante) completarem o álbum sem trocas

Com base nessas informações, foram feitas as seguintes afirmativas:

- I) Cada envelope contém 5 figurinhas e custa 1 real.
- II) 903 envelopes caracterizam condição necessária e suficiente para completar todo o álbum da Copa de 2014, sem trocar as figurinhas repetidas.
- III) 128 envelopes caracterizam condição suficiente para completar todo o álbum da Copa de 2014.
- IV) Para o álbum da Copa de 2010, foram produzidos 3 milhões de envelopes diariamente no Brasil.

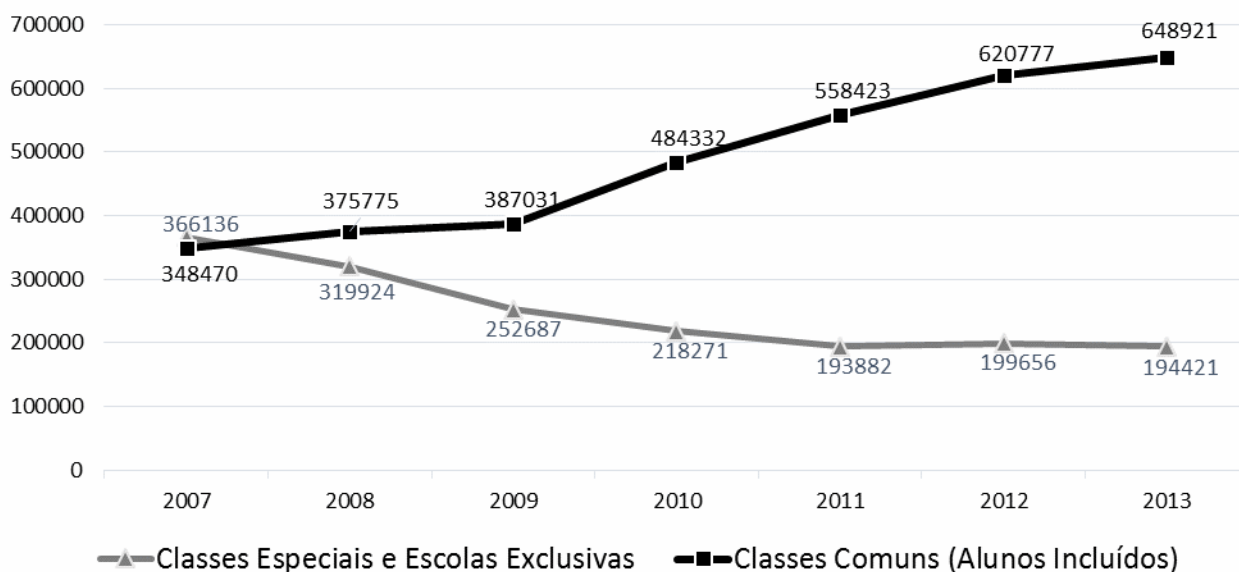
Quantas dessas afirmativas são **CORRETAS**?

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4



20. O gráfico abaixo informa o número de matrículas de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, por tipo de atendimento.

Educação Especial - Número de Matrículas



Fonte: Censo Escolar/INEP/MEC 843342 128736

A partir das informações veiculadas nesse gráfico, classifique cada uma das afirmativas abaixo como verdadeira (V) ou falsa (F).

- () O crescimento percentual do número de matrículas na Educação Especial, de 2007 para 2013, foi inferior a 20%.
- () O decréscimo percentual do número de matrículas nas Classes Especiais e Escolas Exclusivas foi menor de 2007 para 2013 do que de 2007 para 2009.
- () Em 2013, o número de matrículas na Educação Especial em Classes Comuns foi superior a 75% do total de matrículas na Educação Especial.
- () De 2007 a 2013, o número de matrículas na Educação Especial nas Classes Comuns foi sempre crescente, enquanto que nas Classes Especiais e Escolas Exclusivas foi sempre decrescente.

A sequência de classificação **CORRETA**, feita de cima para baixo, é:

- a) V – V – V – F
- b) V – F – V – V
- c) V – F – F – V
- d) F – V – V – V
- e) V – F – V – F

21. Cada um dos filhos do Sr. Antônio tem, pelo menos, dois irmãos e duas irmãs.

Qual é a menor quantidade de filhos que o Sr. Antônio pode ter?

- a) 4
- b) 5
- c) 6
- d) 7
- e) 8



22. O relógio da mãe de Pedro adianta um minuto em cada hora. O relógio do pai de Pedro atrasa meio minuto por hora. Quando Pedro saiu da casa de seus pais, sincronizou os seus relógios e disse que voltaria assim que a diferença entre os horários marcados entre os dois relógios fosse, exatamente, uma hora.

Quanto tempo, em horas, Pedro demorou para voltar?

- a) 12
- b) 15
- c) 40
- d) 60
- e) 90

23. A média de oito inteiros positivos diferentes é igual a 8.

Qual é o maior valor possível que um desses números pode ter?

- a) 10
- b) 32
- c) 36
- d) 57
- e) 64

24. A Secretaria Estadual de Educação realizou um concurso para a contratação de docentes para as disciplinas Matemática, Física e Química. Nesse concurso, foram aprovados 660 candidatos. O número de professores de Química aprovados correspondeu à décima parte do número de professores aprovados para Matemática e Física, reunidos.

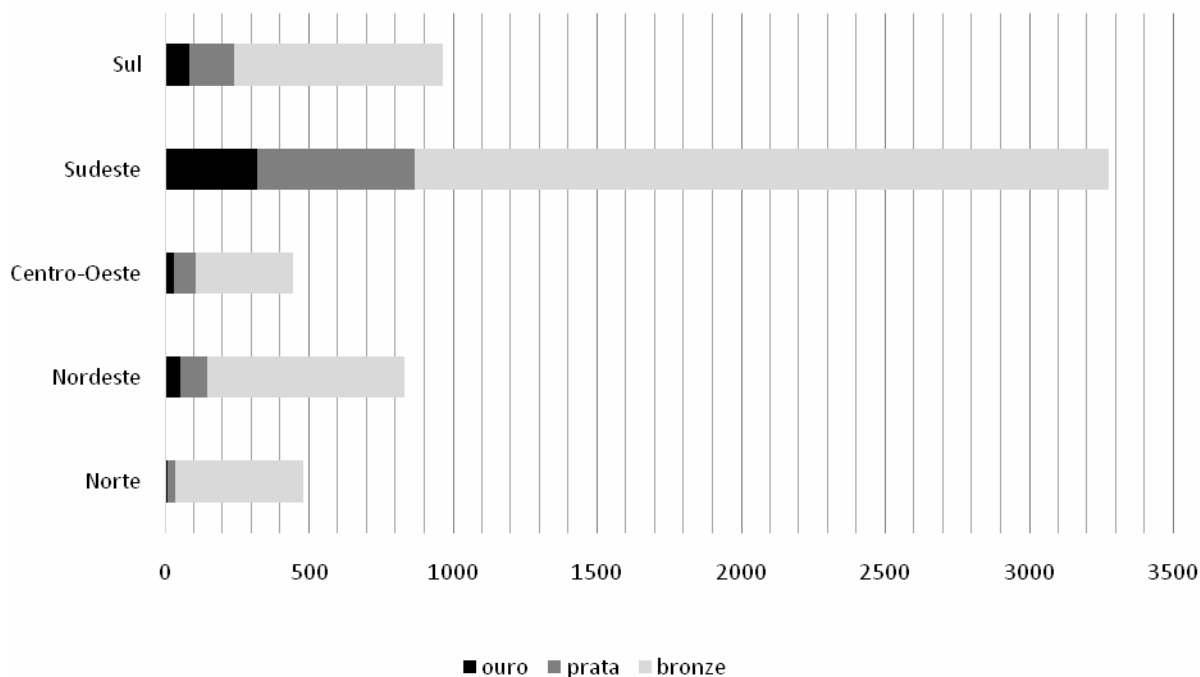
Quantos professores de Química foram aprovados nesse concurso?

- a) 22
- b) 60
- c) 66
- d) 198
- e) 220



25. No gráfico abaixo, estão representados os quantitativos de medalhas de ouro, prata e bronze, conquistadas pelos alunos na edição de 2013 da Olimpíada Brasileira das Escolas Públicas – OBMEP, por região.

Medalhas por Região - OBMEP 2013



Fonte: www.obmep.org.br/obmep_em_numeros.html Acesso em 14/04/2014.

Sobre os dados representados nesse gráfico, foram feitas quatro afirmativas:

I – Os alunos da região Sudeste conquistaram mais medalhas de ouro do que os alunos de todas as demais regiões juntas.

II – Foram distribuídas menos de 4000 medalhas de bronze.

III – Os alunos da região Nordeste conquistaram mais medalhas de prata do que de ouro.

IV – Os alunos da região Sul conquistaram mais medalhas de bronze do que os alunos das regiões Centro-Oeste e Norte juntas.

São **CORRETAS** as afirmativas:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.



LEGISLAÇÃO

26. Prisco, funcionário público federal, no exercício de suas funções, deixou sobre sua mesa de trabalho um caderno no qual estavam anotadas, na primeira página, várias senhas de acesso a sistemas de informações sigilosos. Tal comportamento possibilitou que uma terceira pessoa tivesse acesso indevido aos referidos sistemas, promovendo a inserção de dados falsos, o que causou danos à Administração Pública. Agindo assim, Prisco poderá responder pelo crime de:

- a) condescendência criminosa.
- b) peculato mediante erro de outrem.
- c) prevaricação.
- d) peculato culposo.
- e) inserção de dados falsos em sistema de informações.

27. Segundo a Constituição Federal, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- b) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- c) depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no item anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- d) quaisquer obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- e) as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

28. Nos termos da Lei nº. 8.112/90, a sindicância tem o condão de acarretar, **EXCETO**:

- a) arquivamento do processo.
- b) aplicação da penalidade de advertência.
- c) instauração de um processo administrativo disciplinar.
- d) aplicação da penalidade de suspensão de até trinta dias.
- e) aplicação da penalidade de suspensão de até sessenta dias.

29. Segundo a Lei nº. 8.112/90, o conceito de “deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder...” refere-se à seguinte alternativa:

- a) remoção.
- b) redistribuição.
- c) reintegração.
- d) transferência.
- e) readaptação.



30. De acordo com a Lei nº. 9.784/99, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Das decisões administrativas, cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.
- b) O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.
- c) Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.
- d) Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, a autoridade prolatora da decisão impugnada não poderá reconsiderá-la, devendo encaminhar o recurso imediatamente à autoridade superior.
- e) O recurso administrativo tramitará, no máximo, por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A auditoria interna encaminhará os relatórios ou documentos equivalentes das auditorias realizadas às respectivas unidades de controle interno, em até quantos dias após sua edição?

- a) 15 (quinze) dias
- b) 20 (vinte) dias
- c) 30 (trinta) dias
- d) 60 (sessenta) dias
- e) 90 (noventa) dias

32. Segundo a Instrução Normativa/SFC nº 01, de 3 de janeiro de 2007, na descrição das ações de auditoria interna constantes no planejamento, para cada objeto a ser auditado, serão consignadas informações. Dentre as alternativas abaixo assinale a que **NÃO** será consignada na descrição das ações de auditoria interna:

- a) número seqüencial da ação de auditoria.
- b) recursos materiais da auditoria, contendo os resultados esperados, devendo-se especificar de que forma as vulnerabilidades do objeto a ser auditado poderão ser acentuadas.
- c) escopo do trabalho, explicitando, tanto quanto possível, sua representatividade em termos relativos, e demonstrando a amplitude dos exames a serem realizados, em relação ao universo de referência concernente ao objeto a ser auditado.
- d) local de realização dos trabalhos de auditoria e o cronograma contendo a data estimada de início e término dos trabalhos.
- e) recursos humanos a serem empregados, com a especificação da quantidade de homens-hora de auditores a serem alocados em cada ação de auditoria e os conhecimentos específicos que serão requeridos na realização dos trabalhos.



33. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), devidamente aprovado, será encaminhado ao respectivo órgão de controle interno, juntamente com o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior, até:

- a) o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução.
- b) o último dia útil do mês de dezembro do exercício anterior ao de sua execução.
- c) 20 (vinte) de janeiro de cada exercício a que se aplica.
- d) 31 (trinta e um) de janeiro de cada exercício a que se aplica.
- e) o último dia útil do mês de fevereiro de cada exercício a que se aplica.

34. Considere as assertivas de I a IV à luz do Decreto nº. 3.591, de 6 de setembro 2000.

- I) O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal compreende o conjunto das atividades relacionadas à avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e à avaliação da gestão dos administradores públicos federais, bem como o controle das operações de crédito, avais, garantias, direitos e haveres da União.
- II) A avaliação do cumprimento das metas do Plano Plurianual visa a comprovar a conformidade da sua execução.
- III) A execução dos programas fiscais visa a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento.
- IV) A avaliação da execução dos orçamentos da União visa a comprovar a conformidade da execução com os limites e as destinações estabelecidos na legislação pertinente.

Agora, assinale a opção **CORRETA**.

- a) I e II são verdadeiras e III e IV são falsas.
- b) I e IV são verdadeiras e II e III são falsas.
- c) II e III são verdadeiras e I e IV são falsas.
- d) IV é verdadeira e I, II e III são falsas.
- e) I, II e IV são verdadeiras e III é falsa.

35. Segundo o Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, para a consecução de suas finalidades, utiliza como técnicas de trabalho:

- a) auditoria e fiscalização.
- b) auditoria e testes substantivos.
- c) testes de observância e fiscalização.
- d) testes de observância e testes substantivos.
- e) testes de observância e auditoria.



36. As técnicas de auditoria, segundo a Instrução Normativa nº 01, de 6 de abril de 2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, são agrupadas nos seguintes tipos básicos:

- a) Indagação Escrita ou Oral, Análise Procedimental, Conferência de Documentação, Confirmação Externa, Exame dos Registros, Correlação das Informações Obtidas, Inspeção Física, Observação das Atividades e Condições, Corte das Operações ou *Cut-Off*, Rastreamento.
- b) Indagação Escrita ou Oral, Análise Documental, Conferência de Documentação, Confirmação Interna, Exame dos Registros, Correlação das Informações Obtidas, Inspeção Física, Observação das Atividades e Condições, Corte das Operações ou *Cut-Off*, Monitoramento.
- c) Indagação Escrita ou Oral, Análise Documental, Conferência de Cálculos, Confirmação Externa, Exame dos Registros, Correlação das Informações Obtidas, Inspeção Física, Observação das Atividades e Condições, Corte das Operações ou *Cut-Off*, Rastreamento.
- d) Indagação Escrita ou Oral, Análise Procedimental, Conferência de Cálculos, Confirmação Interna, Exame dos Papéis de Trabalho, Comprovação das Informações Obtidas, Inspeção Física, Observação das Atividades e Condições, Corte das Operações ou *"Cut-Off"*, Monitoramento.
- e) Indagação Escrita ou Oral, Análise Procedimental, Conferência de Documentação, Confirmação Interna, Comprovação das Informações Obtidas, Correlação das Informações Obtidas, Fiscalização, Observação das Atividades e Condições, Corte das Operações ou *Cut-Off*, Rastreamento.

37. A respeito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, marque "V" para verdadeiro e "F" para falso, em relação às assertivas abaixo.

- () A relevância refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação), objeto dos exames de auditoria ou fiscalização.
- () A materialidade significa a importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto.
- () A criticidade representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar ou fiscalizar, identificadas em uma determinada unidade ou programa. Trata-se da composição dos elementos referenciais de vulnerabilidade, das fraquezas, dos pontos de controle com riscos latentes, das trilhas de auditoria ou fiscalização.

Agora, assinale a opção **CORRETA**.

- a) V, F, V
- b) F, F, V
- c) F, F, F
- d) F, V, V
- e) V, F, F



38. Numere a 2ª coluna de acordo com a 1ª coluna em relação às categorias econômicas da Receita Orçamentária.

- | | |
|------------------------|--------------------------------|
| I. Receita Corrente | () Amortização de Empréstimos |
| II. Receita de Capital | () Tributária |
| | () Alienação de Bens |
| | () Operações de Crédito |
| | () Serviços |
| | () Patrimonial |

- a) II, I, II, II, I, I
- b) I, I, II, II, I, I
- c) II, I, II, I, II, II
- d) I, I, I, II, II, II
- e) I, II, I, I, II, II

39. São princípios fundamentais a que se deve obedecer nas atividades da Administração Federal, conforme a redação do Decreto-Lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967:

- a) Planejamento, Integração, Desconcentração, Delegação de Competência, Controle.
- b) Remanejamento, Coordenação, Descentralização, Avocação de Competência, Controle.
- c) Remanejamento, Coordenação, Desconcentração, Delegação de Competência, Contabilização.
- d) Planejamento, Integração, Descentralização, Avocação de Competência, Contabilização.
- e) Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência, Controle.

40. Quanto às ações orçamentárias, assinale a alternativa que contempla a definição de **ATIVIDADE**.

- a) Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- b) Instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de Governo.
- c) Despesa que não contribui para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.
- d) Bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público-alvo, ou o insumo estratégico que será utilizado para a produção futura de bem ou serviço.
- e) É uma identificação orçamentária, de caráter gerencial, vinculada à ação orçamentária, que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram em um nível mais detalhado.



41. Os principais objetivos dos papéis de trabalhos de auditoria são os seguintes, **EXCETO**:

- a) Representar na Justiça (no caso de ser movida uma ação contra o auditado ou ao órgão a que representa) as evidências do trabalho executado.
- b) Atender às normas de auditoria geralmente aceitas.
- c) Auxiliar o auditor durante a execução do trabalho.
- d) Servir como base para a avaliação dos auditores.
- e) Acumular as provas necessárias para suportar o parecer do auditor.

42. O sistema de controle interno de cada poder é responsável também pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 74, são finalidades do sistema de controle interno, **EXCETO**:

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais.
- c) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- e) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

43. A auditoria é o conjunto de técnicas que visa a avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal. É finalidade da Auditoria Especial:

- a) emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados.
- b) atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- c) realizar o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizadas para atender determinação expressa de autoridade competente.
- d) examinar os registros e documentos e atuar também na coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto.
- e) avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração pública federal, programas de governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade.



44. O governo tem como responsabilidade fundamental oferecer o melhor nível dinâmico de bem-estar à coletividade. Para tanto, utiliza-se de técnicas de planejamento e programas de ações que são condensadas no chamado sistema de planejamento integrado. O Sistema de Planejamento Integrado, também conhecido no Brasil como Processo de Planejamento-Orçamento, consubstancia-se nos seguintes instrumentos, previstos no artigo 165 da Constituição Federal:

- a)** Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamentos Anuais e Metas Fiscais.
- b)** Orçamento Fiscal, Orçamento de Investimento das Empresas, Orçamento de Seguridade Social.
- c)** Equilíbrio entre receitas e despesas, Critério e forma de limitação de empenho, Normas relativas a controle de Custos.
- d)** As diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- e)** Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamentos Anuais.

45. Ao se confeccionar o orçamento, busca-se que o mesmo seja uma expressão fidedigna de um determinado governo, no anseio de se alcançar, sobretudo, o desenvolvimento econômico e social. São princípios orçamentários comumente utilizados na confecção do orçamento:

- a)** elaboração, programação, unidade, competência e avaliação.
- b)** universalidade, estudo e aprovação, equilíbrio e exclusividade.
- c)** estudo e aprovação, elaboração, unidade, anualidade e avaliação.
- d)** clareza, equilíbrio, anualidade, unidade e exclusividade.
- e)** elaboração, estudo e aprovação, execução e avaliação.

46. O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) é o sistema informatizado que processa e controla a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União. O documento utilizado para o registro de atos e fatos administrativos que não possuam documento específico é denominado:

- a)** Nota de Lançamento de Sistema (NS).
- b)** Nota de Lançamento (NL).
- c)** Nota de Empenho (NE).
- d)** Nota de Dotação (ND).
- e)** Formulário Interno (FI).



47. O SIAFI permite que as unidades gestoras (UG), na efetivação dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial, obtenham acesso de forma *Online* ou *Offline*. A forma de acesso *Online* caracteriza-se também pelo fato de:

- a) as disponibilidades financeiras das unidades serem individualizadas em conta corrente bancária e não comporem a Conta Única.
- b) a UG emitir seus documentos orçamentários, financeiros, patrimoniais e contábeis previamente à introdução dos respectivos dados no sistema.
- c) a UG não introduzir os dados relativos a seus documentos no sistema, o que é feito por meio de outra unidade, denominada Polo de Digitação.
- d) todos os documentos orçamentários e financeiros da UG serem emitidos diretamente pelo sistema.
- e) uma segunda UG atualizar os arquivos do sistema, digitando, por meio de terminais conectados ao SIAFI, dados relativos aos atos e fatos de gestão.

48. Para fins da Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, considera-se **CONVENIENTE**:

- a) órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular com a qual a administração federal pactua a execução de programa, projeto/atividade ou evento mediante a celebração de convênio.
- b) órgão da administração pública direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular que participa do convênio para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.
- c) órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
- d) órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular, responsável direta pela execução do objeto do convênio.
- e) órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, ou organização particular, responsável pelo registro dos eventos vinculados à descentralização de créditos orçamentários.

49. O regime de Adiantamentos é um processamento especial da despesa pública orçamentária, através do qual se coloca um numerário à disposição de um funcionário ou servidor, a fim de dar-lhe condições de realizar gastos que, por sua natureza, não possam obedecer ou depender de trâmites normais. Poderão ser objeto de gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), **EXCETO**:

- a) aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos.
- b) pagamento às agências de viagem previamente licitadas.
- c) pagamento de diária de viagem a servidor.
- d) outras despesas que venham a ser regulamentadas.
- e) aquisição de materiais e/ou contratação de serviços em até 18 vezes, desonerando, dessa forma, o disponível do órgão e, conseqüentemente, o orçamento da União.



50. Analise as afirmativas abaixo, assinalando verdadeiro (V) ou falso (F) sobre as características do Auditor Interno.

- () É empregado da empresa ou órgão auditado.
- () Possui um maior grau de independência.
- () Executa apenas auditoria contábil.
- () Executa um maior volume de testes (tem maior tempo na empresa ou órgão para executar os serviços de auditoria).
- () Os principais objetivos são a verificação da observância das normas internas, da necessidade de se aprimorar as normas internas vigentes ou mesmo da criação de novas normas e a execução, exclusivamente, da auditoria na área contábil.

Agora, assinale a opção **CORRETA**.

- a) V, V, V, F, F
- b) V, F, F, V, V
- c) V, F, F, V, F
- d) F, V, F, F, F
- e) F, F, V, V, F

51. Uma das regras aplicadas ao orçamento público prevista na Constituição Federal de 1988, denominada “**Regra de Ouro**”, tem como enunciado:

- a) Os créditos adicionais suplementares não poderão ultrapassar o limite de 40% da receita corrente líquida.
- b) As despesas de capital somente poderão ser realizadas até o limite de duas vezes o montante das despesas correntes autorizadas na Lei Orçamentária Anual.
- c) Os créditos adicionais especiais não poderão ser maiores que os créditos adicionais suplementares.
- d) A assunção de obrigações diretas podem exceder até o limite de duas vezes os créditos orçamentários e adicionais.
- e) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital.

52. O documento pelo qual os recursos orçamentários são reservados no momento que antecede o processo licitatório chama-se:

- a) Nota de Empenho.
- b) Rubrica Orçamentária.
- c) Provisão funcional-programática.
- d) Nota de Dotação.
- e) Pré-empenho.



- 53.** Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil, a pena aplicável para o servidor que solicita ou recebe qualquer tipo de ajuda financeira ou vantagem de qualquer espécie, para si ou familiares, para o cumprimento de sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim, é a:
- a) advertência por escrito.
 - b) censura.
 - c) suspensão de 30 dias.
 - d) suspensão de 60 dias.
 - e) demissão.
- 54.** Segundo a Lei nº. 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a alienação onerosa de determinado bem imóvel residencial construído no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública, é considerada uma licitação:
- a) dispensável.
 - b) inexigível.
 - c) dispensada.
 - d) de interesse público.
 - e) especial.
- 55.** O conjunto de técnicas que objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, a proibidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros, os seguintes aspectos: exame das peças que instruem os processos de tomada ou prestação de contas; exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; verificação do cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e da execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos, denomina-se:
- a) Auditoria de Avaliação da Gestão.
 - b) Auditoria de Acompanhamento da Gestão.
 - c) Auditoria Contábil.
 - d) Auditoria Operacional.
 - e) Auditoria Especial.
- 56.** O documento que registra o desdobramento, por plano interno e/ou fonte, quando detalhada, dos créditos previstos na Lei Orçamentária Anual, bem como a inclusão dos créditos nela não considerados, denomina-se:
- a) Evento.
 - b) Nota de Empenho.
 - c) Nota de Lançamento.
 - d) Nota de Dotação.
 - e) Nota de Movimentação de Crédito.



57. O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna/RAINT **NÃO** contempla a seguinte informação:

- a) Descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade.
- b) Registro quanto à implementação ou cumprimento, pela entidade, ao longo do exercício, de recomendações ou determinações efetuadas pelos órgãos central e setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e pelo Conselho Fiscal ou órgão equivalente da entidade.
- c) Ações de desenvolvimento institucional e capacitação previstas para o fortalecimento das atividades da auditoria interna na entidade.
- d) Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade, com base nos trabalhos realizados.
- e) Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a auditoria interna.

58. Dentre as alternativas a seguir, assinale a que está em **DESACORDO** com a Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) É vedado ao titular de Poder ou órgão público, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.
- b) As Universidades Federais, sendo parte integrante da administração indireta do governo federal, podem conceder garantia em operações de crédito internas e externas até o limite de 5% do crédito.
- c) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- d) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.
- e) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária será publicado em até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre e deverá estar acompanhado do demonstrativo de Restos a Pagar.

59. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, **NÃO** compõe o rol de demonstrações contábeis das entidades do setor público:

- a) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- b) Demonstração do Resultado Econômico.
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- d) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- e) Notas Explicativas.



60. Marque a opção **CORRETA**, consoante a Lei nº. 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

- a)** Tributo é receita originária instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- b)** O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, excluindo os saldos que se transferem para o exercício seguinte.
- c)** Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
- d)** Os créditos adicionais especiais são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária.
- e)** Pelo Princípio da Segregação de Funções, o órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária não poderá realizar o controle do cumprimento do programa de trabalho da execução orçamentária.



GABARITO - AUDITOR

1.	A
2.	B
3.	D
4.	D
5.	E
6.	C
7.	B
8.	C
9.	E
10.	A
11.	D
12.	C
13.	E
14.	B
15.	A
16.	E
17.	A
18.	D
19.	C
20.	E
21.	C
22.	C
23.	C
24.	B
25.	D
26.	D
27.	D
28.	E
29.	B
30.	D

31.	D
32.	B
33.	D
34.	E
35.	A
36.	C
37.	B
38.	A
39.	E
40.	B
41.	A
42.	B
43.	C
44.	E
45.	D
46.	B
47.	D
48.	A
49.	E
50.	C
51.	E
52.	E
53.	B
54.	C
55.	A
56.	D
57.	C
58.	B
59.	B
60.	C